

# Planos para um novo acordo com os credores

Depois de uma cuidadosa análise dos termos do acordo de redução da dívida externa negociado pelo México, o governo chegou à conclusão de que ele não é vantajoso para o Brasil. Segundo uma qualificada fonte, o acordo impõe ao México uma série de exigências, de tal forma que ele não poderá sequer atrasar futuros pagamentos caso a conjuntura econômica assim o exija. "É um acordo amplo, mas de resultados duvidosos", afirmou a fonte.

Na avaliação de Brasília, um acordo de redução da dívida externa poderia ser inspirado no esquema negociado pelas Filipinas. O assunto foi discutido pelas autoridades brasileiras durante a estada, em Brasília, do embaixador em Washington, Marcílio Marques Moreira.

São muitas as diferenças entre os dois acordos. O do México deixa abertas aos bancos três opções: redução de até 35% do principal, redução das taxas de juros para 6,25% e concessão de dinheiro novo. Há um esquema de garantia do governo norte-americano que, na prática, impede o México de atrasar, futuramente, seus pagamentos. Além disso, há uma cláusula que prevê o ressarcimento, pelo México, de parte do prejuízo dos banqueiros decorrente da redução da dívida, caso as condições econômicas mexicanas melhorem (seria o caso, por exemplo, da recuperação dos preços do petróleo).

O governo filipino, ao contrário, acertou um esquema voluntário de redução de sua dívida de US\$ 27 bilhões. O esquema abrangerá uma parcela reduzida dessa dívida, mas permitirá que, sobre essa parcela, as Filipinas se beneficiem integralmente do deságio de seus papéis, hoje em torno de 50%. Além do mais, não estabelece exigências semelhantes às impostas ao México.

Ontem, o embaixador Marcílio Marques Moreira tomou o café da manhã com o ministro da Fazenda, Mairson da Nóbrega, e manteve um encontro de 15 minutos como presidente José Sarney. Marcílio sustenta que são boas as perspectivas de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) antes de 15 de setembro, data em que vencem compromissos de US\$ 1,6 bilhão com os bancos comerciais.

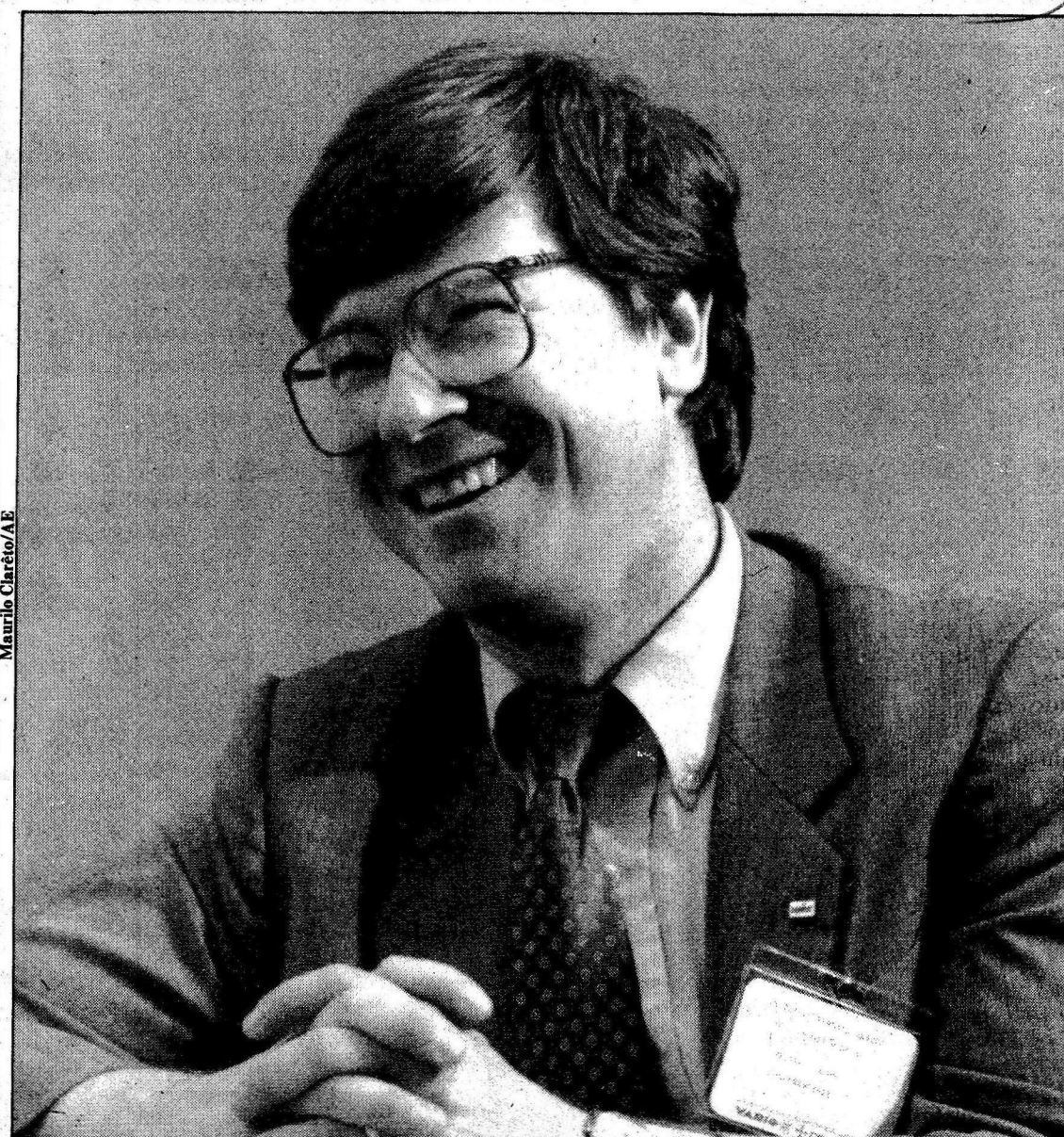
O embaixador retorna neste final de semana aos Estados Unidos, onde pretende manter conversações com o subsecretário do Tesouro, David Mulford, e com autoridades do Banco Mundial e do FMI. "A inflação de 28% não nos aproxima de ortodoxia do FMI, mas existem dados positivos na economia e, portanto, são razoáveis as condições para um acordo", disse o embaixador logo após o encontro com o presidente Sarney.



O debate: como escapar da hiperinflação?



Sarney: choques eram coisa dos anos 20.



Jeffrey Sachs: situação social é um escândalo.